

ELETROBRAS \ ELETROSUL

TRABALHADORES ESPERAM POR PROPOSTA DA ELETROBRAS

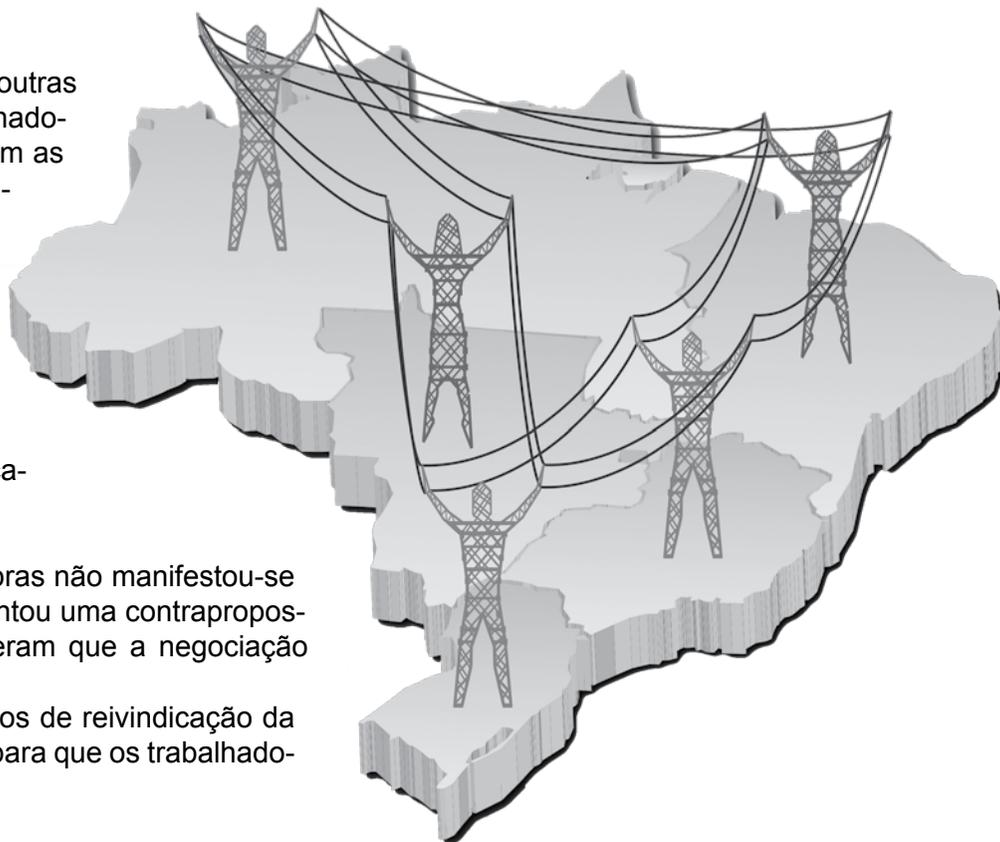
Empresa deve apresentar contraproposta nesta segunda rodada de negociação

Depois de um ACT muito aquém das expectativas em 2011, onde outras categorias conquistaram acordos com ganhos elevados e os trabalhadores e trabalhadoras do Sistema Eletrobras foram negligenciados com as mais diversas desculpas do governo (inflação, crise internacional), ficou claro que a direção da empresa não reconheceu a importância dos trabalhadores e trabalhadoras para o crescimento econômico nacional e para o fortalecimento das empresas do Grupo Eletrobras.

Com a expectativa de alcançar outro patamar nestas negociações os trabalhadores e trabalhadoras clamam por avanços consistentes e o verdadeiro reconhecimento da empresa para com a categoria.

Após uma primeira rodada de negociação frustrante, onde a Eletrobras não manifestou-se sobre a pauta de reivindicações dos trabalhadores e sequer apresentou uma contraproposta, os trabalhadores e trabalhadoras dos Sistema Eletrobras esperam que a negociação inicie de fato nesta segunda rodada.

A perspectiva para é de que sejam efetivamente debatidos os pontos de reivindicação da categoria, com a apresentação de uma contraproposta da empresa para que os trabalhadores e trabalhadoras possam em conjunto com os sindicatos avaliar.



Valorização e respeito ao acordo

Um bom acordo deve ser marcado pelo respeito ao que é dito na mesa de negociação. Infelizmente essa lógica não é muito respeitada pela Eletrobras, já que em anos anteriores as promessas lançadas durante as negociações não eram cumpridas.

A verdade é que o ponto fundamental para que os acordos sejam honrados e as promessas cumpridas é o comprometimento dos gestores da Eletrobras com a defesa dos (as) seus (suas) trabalhadores (as) junto ao governo e ao Dest, fazendo valer a sua importância para a manutenção do crescimento econômico do país.

Os motes desta campanha, cobrando ganho real, melhorias no Plano de Cargos e Remunerações, Plano de Saúde extensivo aos aposentados e Participação nos Lucros e Resultados, refletem o desejo da categoria em conquistar um acordo justo, resgatando direitos e buscando avançar em novas conquistas. Os resultados conquistados pela Eletrobras ao longo dos anos, comprovam que está na hora da empresa valorizar seus trabalhadores, uma vez que o fortalecimento do setor energético nacional e o desenvolvimento econômico brasileiro é fruto de todo esforço dos (as) trabalhadores (as).

Na relação capital versus trabalho as dificuldades são explícitas, ainda mais se tratando de uma discussão de um acordo nacional. Entretanto, se não houver uma condução respeitosa das negociações os sindicatos que compõem a Intersul não hesitarão em defender os interesses da categoria. Convocamos os trabalhadores a permanecerem atentos e preparados para a luta, com a determinação e coragem que a classe trabalhadora é capaz de empreender.

Fique atento: na próxima edição do Linha Viva o relato da negociação



A Pesquisa e a Movimentação no PCR: o réquiem do SGD

Um terço dos trabalhadores(as) da Eletrosul respondeu a pesquisa de data base disponibilizada pelo Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE). Novamente os empregados(as) da Eletrosul deram exemplo e foram o maior contingente de participantes entre os demais do Grupo Eletrobrás. Essa vontade de se manifestar não se resumiu a responder um questionário, houve o registro de mais de 300 comentários sobre os mais diversos temas. Por esse motivo cabe aos sindicatos que compõem a Intersul fazer um agradecimento especial à participação de todos(as) e lembrar que a pesquisa completa, inclusive com os comentários, pode ser acessada no endereço www.intersul.org.br.

A pesquisa do ano anterior já havia revelado uma baixa expectativa quanto ao funcionamento e manutenção do PCR. Infelizmente esse quadro não mudou em 2012. Além de a implantação do PCR ser muito mal avaliada, apenas 3,3% responderam que aumentaram as suas perspectivas profissionais. A insatisfação se deve tanto à falta de confiança de que a empresa corrigirá as distorções geradas pelo PCR como também pela insuficiência de recurso financeiro para fazer a movimentação. Nesse último caso apenas 5,2% respondeu que a Eletrosul terá recurso para fazer a movimentação do PCR conforme suas regras. Para a maioria as movimentações ocorrerão, no entanto, de forma desigual entre os empregados.

Infelizmente, não bastasse por si só a veracidade científica do resultado da pesquisa, este foi reafirmado pela postura da diretoria da empresa. Conforme denunciado pelos trabalhadores(as) aos sindicatos que compõem a Intersul, os procedimentos obscuros na aplicação do mérito jogou na lata do lixo o respeito que tentou se atribuir ao Sistema de Gestão de Desempenho - SGD pelos profissionais de Recursos Humanos da empresa, e que deveria ser a ferramenta objetiva para a movimentação de pessoal. Na prática se descobriu que era preciso muito mais que uma boa avaliação para alcançar o mérito e ficar elegível ou não para recebê-lo. Ter ação judicial passou a valer como fator de exclusão, voltando aos tempos das perseguições. A diferença é que os perseguidores de agora provavelmente tenham sido os perseguidos do passado.

Lamentavelmente a diretoria da Eletrosul deu mais uma prova do seu distanciamento dos trabalhadores(as). Transformou-se em um corpo diretivo voltado cada dia mais às máquinas e aos resultados práticos, como costumam dizer, e menos às pessoas. Uma diretoria fraca politicamente em um momento importante de transformação da Eletrobras, que se aquieta diante das consequências aos trabalhadores(as) de medidas tomadas na Holding. Com esse perfil de atuação, a atual gestão revive os tempos em que na Eletrosul a diretoria se limitava a ser mera reprodutora e transmissora das decisões nacionais. Pouco se importando com o que pudesse acontecer ao patrimônio público e ao quadro de pessoal da empresa.

ELETROSUL

Descaso e Prepotência



Com a terceirização de serviços na Eletrosul, tem havido muitos casos de desrespeito aos trabalhadores que prestam serviços para a empresa através de empresas interpostas.

Em um caso recente acontecido na Subestação de Itá, um trabalhador da vigilância que prestava serviços desde a implantação da SE, há mais de 25 anos, foi demitido por justa causa sem motivos aparentes que justificasse tamanha truculência.

O Sindicato dos Eletricitários de Lages tentou conversar com a direção da Eletrosul na busca de reverter essa violência moral ao trabalhador que sempre foi um exemplo de dedicação à empresa, mas a tentativa foi em vão, o que indignou os operadores e a todos que tem o mínimo de respeito ao ser humano.

A Diretoria da Eletrosul usando o “escudo” de que não pode interferir na gestão das empresas contratadas, vem fazendo “vistas grossas” a abusos praticados contra os empregados terceirizados.

O que se viu foi uma sequência de atos de prepotência sem, contudo, ficar comprovado nenhum dos requisitos necessários em uma demissão por justa causa. Restou ao sindicato dar assistência jurídica ao trabalhador e acionar a Justiça do Trabalho para mediar esse ato descabido. Esperamos que, mais uma vez, a Eletrosul não pague a conta com dinheiro público para corrigir esse ato descabido contra o trabalhador e a empresa contratada fique com os lucros desse contrato.

TRACTEBEL

Tractebel se compromete no MPT a continuar a debater PCR com sindicatos da Intersul

Faz tempo que os sindicatos que compõem a Intersul têm debatido com a Tractebel mudanças no PCR. Algumas dessas mudanças são objetivas, ou seja, requerem alterações, tais como aplicar adequadamente os adicionais legais, considerar a gratificação de função na base de cálculo da periculosidade, aplicar as movimentações por antiguidade para todos e garantir um percentual mínimo nas promoções. Outras mudanças são na gestão dos procedimentos, com o objetivo de tornar mais transparentes as possibilidades definidas no PCR.

Nesta terça-feira, 13/06, ocorreu mais uma reunião entre a Intersul e a Tractebel no Ministério Público do Trabalho (MPT) e as questões citadas acima estiveram novamente em pauta. Durante a reunião, a Tractebel solicitou ao MPT mais prazo para apresentar os dados do estudo sobre o PCR. Vale lembrar que a reunião desta terça-feira já foi motivada por um pedido de prazo da empresa.

Além disso, a Tractebel não apresentou nenhuma proposta objetiva às reivindicações da categoria, apenas comprometendo-se a continuar com a discussão do PCR, buscando por uma saída administrativa.

Os sindicatos que compõem a Intersul salientaram que não importa em que instância seja conduzido o debate, mas que é imperativo que a Tractebel apresente propostas de solução para os pontos levantados pelos trabalhadores.

Desta forma a empresa comprometeu-se a agendar para os próximos dias uma reunião com os sindicatos da Intersul, dando continuidade às discussões.

Feriado – Ponte Ciac Prefeitura – Esclarecimento

Na cláusula que diz respeito aos chamados “Feriados-Ponte”, observam-se tratamentos diversos entre a Federação, os estados e os municípios. Há diversas ocasiões em que ocorrem feriados-ponte para órgãos ou serviços municipais, enquanto os órgãos estaduais e federais continuam com expediente normal.

Por exemplo, a Prefeitura Municipal de Florianópolis decreta mais feriados-ponte do que o Estado de Santa Catarina. Para 2011 e 2012, são oito feriados em Florianópolis e apenas cinco na Celesc.

Há algumas coincidências e há um único caso em que a Celesc praticou o feriado-ponte e a Prefeitura de Florianópolis manteve o expediente normal, foi no feriado do Primeiro de Maio de 2012. Ou seja, no último ano os empregados da Celesc que trabalham no Ciac da prefeitura tiveram 8 dias de folgas (Decreto Municipal), enquanto os empregados que trabalham nas outras unidades tiveram 5 dias de folgas (Acordo Coletivo).

Pelo zeloso cumprimento do Acordo Coletivo, quando for decretado um feriado-ponte no município e o mesmo não ocorrer na Celesc, os empregados que trabalham no Ciac deverão comparecer e dar expediente normal de trabalho na Empresa. Sendo assim, em Florianópolis, os empregados só poderiam gozar aqueles feriados em que houver coincidência entre o que for decretado pela Prefeitura e for decretado pela Celesc. É o ônus e bônus.

“O preço da Liberdade é a eterna vigilância”. Agradecemos ao Sinergia a eterna vigilância quanto ao correto cumprimento do Acordo Coletivo.

**Rosemeri Siqueira
Gerente Loja Regional Florianópolis**

Posição da Intercel

Os sindicatos que compõem a Intercel sempre cumpriram seus acordos, mesmos antes de estarem assinados, pois quando são negociados e aceitos entres as partes acreditamos que o compromisso assumido já está em vigor.

Na negociação do Acordo de Compensação só ficaram excluídos os trabalhadores/as abrangidos pelo Acordo do Turno de Revezamento, que tem suas regras específicas. Portanto, a compensação é pra todos os trabalhadores que não se encontram em regime de turno de revezamento.

Administrar pessoal é o ônus do gerente e os sindicatos que compõem a Intercel nunca interferiram em condições que se apresentem mais benéficas aos trabalhadores/as, mas sim quando os trabalhadores são expostos a condições inferiores as quais os acordos firmados entre a empresa e os trabalhadores através dos sindicatos asseguram.



Valor por Arthur de Brito, Diretor de Cultura do Sinergia

Ontem como de costume, minha esposa preparava a mochila de meu filho para a creche. Entretanto, algo lhe causou certa estranheza, a presença de uma pequena pá de jardineiro ainda suja de barro. Desconfiada, pediu-me para que juntos conversásemos com ele.

Após uma breve e sutil introdução, perguntei se ele havia pego na creche algo que não lhe pertencia. Com a naturalidade comum a toda criança, respondeu-me que o amigo não queria mais a pá, abandonando-a no jardim. Imediatamente, expliquei que o simples fato do amigo deixar o brinquedo de lado, não dava a ele ou a outro, o direito de se apropriar do mesmo. Acertamos que no dia seguinte ele devolveria o objeto ao amigo, reiterando a ele, de que se o ato de apropriar do que não o pertence, se repetisse, seria aplicado o castigo devido. Apesar de relutante, por não compreender na íntegra a dimensão de sua atitude, cumpriu a risca o combinado.

Garanto que qualquer eletricitário que leu este relato até aqui, não notou nada demais. Aos pais cabe a eterna função de educadores, e acima de tudo, formadores de opinião para nossos filhos, sobrinhos ou netos. “Quantas vezes dissemos: “Esse brinquedo não é seu”, “Devolva!” Esta boneca não é sua! Ou ainda: - Só abra este pacote de bolacha quando passarmos no caixa”. O ditado popular é sabido por todos “É de menino que se torce o pepino”.

O escritor José Saramago, Nobel de Literatura em 98, em uma de suas obras comenta “... filho é um ser que nos emprestaram para um curso intensivo de como amar alguém além de nós mesmos, de como mudar nossos piores defeitos para darmos os melhores exemplos e de aprendermos a ter coragem...”

*Trazendo para realidade das **CENTRAIS ELETRICAS DE SANTA CATARINA**, empresa em que trabalhamos, e que ainda é vista de forma uníssona, por muitos celesquianos sejam eles aposentados ou ativos, como uma mãe. E com razão! As grandes maiorias de trabalhadores desta casa, que muito suaram para construir esta empresa, ainda dizem com orgulho: “Tudo que tenho, agradeço a CELESC”. Todavia, a alegria nos olhos em **LEMBRAR-SE DESTA** gigante empresa em outrora, é substituída rapidamente pela comoção traduzida por olhos cheios de lágrimas quando o assunto migra para a maré de **CORRUPÇÃO** e impunidade promovida por alguns poucos que ainda ostentam vorazmente a bandeira da imoralidade, se sustentando apenas no passado, com o intuito de se transformarem de algozes a vítimas. **E, NA MINHA OPINIÃO, A PIOR DE TODAS AS INVERSÕES DE VALOR**, presenciamos aqui. Um pai, trabalhador de carreira, ensinar a um filho como burlar todos princípios morais e éticos, buscando o benefício financeiro próprio e, ou de terceiros! Nem mesmo nas penitenciárias por este Brasil veríamos tal absurdo! Nenhum sentenciado em sua sã consciência gostaria de ver o mesmo caminho ser trilhado por seu filho. Apesar de acreditarmos e defendermos a premissa de que todos que aqui trabalham, são oriundos de boa índole, e ainda, por crer que estes assumem tal comportamento em virtude de algo que poderíamos diagnosticar como “lapso agudo de valores morais”. Adaptamos algumas frases que deveriam ter feito parte das suas infâncias - entende-se aqui o “suas”, referente aos falsos moralistas para os dias atuais. Desta forma teremos as seguintes premissas: **Esse PCDL não é seu! Esse dinheiro dessa obra não pode ir para o seu partido! Não tire notas sequenciais de empresas de conhecidos! Não faça projetos particulares em horário de trabalho! Não copie desenhos da base CELESC para vender a iniciativa privada como seus. Não faça tudo que te pedem com o objetivo de defender seu cargo político! Honre seus pais, seus filhos, seu nome e SEU CPF! Parece insano? Sem sombra de dúvida. Mas se estas frases fossem cumpridas à risca, não teríamos tantos inquéritos administrativos, tantas denúncias e tantas irregularidades. É dinheiro que não volta. O que fica, é a imagem de uma empresa maculada por poucos, associada a quase consonante certeza da impunidade.***

Está mais do que na hora da “mãe CELESC” responsabilizar e punir seus filhos que optam pela delinquência e pela imoralidade.

MORALIZAÇÃO JÁ!

A 'Marcha das Vadias' e a mercantilização do corpo e da vida das mulheres



Há um ano, a Marcha das Vadias foi construída como uma resposta irreverente contra a responsabilização das mulheres pelas violências sofridas e a estigmatização dos corpos femininos. Potencializada pela mobilização nas redes sociais, a Marcha ganhou vários países e, no Brasil, várias cidades. Algumas conseguiram dialogar com a conjuntura local e denunciar práticas de machismo naturalizadas como, por exemplo, a denúncia da prática machista de Rafinha Bastos na televisão e em sua casa de show em São Paulo.

Passado um ano dessa movimentação, é preciso refletir tanto sobre as formas como o capitalismo e o patriarcado mercantilizam a vida e o corpo das mulheres, como os instrumentos de resistência dos quais dispomos. Essa segunda tarefa passa por perceber que, muitas vezes, a violência contra as mulheres precisa de uma resposta rápida e incisiva, como se deu com a Marcha das Vadias, mas que seu enfrentamento deve ser um processo cotidiano, que vai além de um evento.

Desde o final dos anos 70, o conjunto do movimento de mulheres, através da insígnia “nosso corpo nos pertence”, buscou questionar as imposições do patriarcado sobre a autonomia das mulheres – questão de fundo da Marcha das Vadias. Essa bandeira tem significado a luta das mulheres pelo direito de viver a sua sexualidade livremente, a luta por autonomia sobre o corpo e a vida, desde o exercício autônomo do desejo e do direito ao prazer, à legalização do aborto.

Retomamos esta luta, aprofundando a compreensão da sua dimensão anticapitalista, uma vez que denunciamos como a sociedade de mercado impõe padrões de beleza racistas e sexistas e como o mercado difunde uma idéia do corpo das mulheres como objeto – em constante ajuste, retoque, conserto. As indústrias farmacêuticas e cosméticas acumulam lucros estrondosos às custas da propagação da insegurança das mulheres, gerando, além de tudo, graves doenças como os distúrbios alimentares.

A associação entre capitalismo e patriarcado, que transforma as mulheres em objetos, está no centro da violência sexista. O Brasil possui o sétimo maior índice de homicídios de mulheres do mundo. Essas mulheres são assassinadas, muitas vezes, porque não se calaram diante de situações de violência ou porque exerceram sua autonomia. Conforme aponta pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010), a cada dois minutos 5 mulheres são espancadas no país, a cada minuto 5 mulheres sofrem assédio sexual, e a cada hora 220 mulheres são obrigadas a ter relações sexuais forçadas.

Essa situação de extrema objetificação da mulher está expressa no indignante caso de violência machista e sexista ocorrido no município de Queimadas, no estado da Paraíba. Um estupro coletivo de cinco mulheres, sendo duas delas assassinadas brutalmente, por dez homens durante uma festa realizada por eles com o intuito de “presentear” o aniversariante com o estupro dessas mulheres. Este foi um ato de extremo machismo e misoginia pelo nível de crueldade, violência e desprezo pela vida das mulheres, derivados de um clima de terror que gera a perseguição e morte, caracterizados pelo abuso físico e verbal, estupro, tortura, escravidão sexual, espancamentos. Este crime bárbaro precisa ser punido com todo rigor da lei!

Além disso, a prostituição continua sendo vista por muitos como uma forma de viver a sexualidade. Para nós, ela representa a mercantilização, violência e subjugação às quais as mulheres são submetidas. Sabemos que a indústria do sexo é um setor internacionalmente articulado, que gera lucros enormes e é associado ao tráfico de drogas, armas, corrupção e esquemas de crime organizado, e sobrevive da exploração massiva do corpo de mulheres e crianças.

Somos solidárias às mulheres que são vítimas dessa forma de exploração da sociedade patriarcal, mas é preciso perceber que a prostituição só existe em um sistema que se articula em torno da subordinação das mulheres e, portanto, não produz nada relacionado à liberdade e autonomia, ao contrário, a mulher se encontra escravizada por uma rede mercantilizada de controle do seu corpo e da sua vida. Essas redes funcionam como organizações criminosas que traficam e escravizam na sua maioria mulheres jovens negras entre 17 e 27 anos.

Essas formas materiais e simbólicas que constituem a opressão das mulheres na conjuntura atual revelam a necessidade de formas de mobilização e instrumentos de resistência que ultrapassem os limites da Marcha das Vadias. Essa resistência tem sido forjada há anos pelo conjunto dos movimentos de mulheres, pela articulação de mulheres nos movimentos mistos e pelas alianças entre movimentos que têm na sua base a luta por outro sistema.

Não é possível “resolver” a opressão das mulheres, nos auto-intitulando “todas vadias”. Mas é preciso aprender com as novas formas de articulação, potencializadas pelas tecnologias da informação e comunicação, atualizando nossas formas de ação.

É preciso reafirmar a importância da auto-organização e resistência das mulheres para construção de um mundo baseado na igualdade, na solidariedade e livre de violência. É preciso fortalecer a nossa luta cotidiana contra a mercantilização das mulheres.

Negamos a falsa liberdade, oferecida pelo mercado, que se encerra unicamente na ideia de não ter impedimentos para a ação. Esta ideia está na base da banalização da sexualidade, tornando-a mais um produto a serviço

dos lucros. Temos que ir além disso. É preciso construir a liberdade como condição necessária para a igualdade e como condição da autonomia tanto coletiva como individual das mulheres. Somente a partir desta compreensão é que faz sentido seguir em marcha, até que TODAS sejamos livres!

Assim, estamos em constante luta para que as mulheres não sejam caracterizadas como vadias por sair dos padrões de comportamento, nem como qualquer outro símbolo que as menospreze e as diminua. Reafirmamos o direito de todas as mulheres viverem livre de estigmas, estereótipos, violência e exploração!

A marcha das vadias teve início após diversos casos de estupro, quando um policial convidado para orientar a comunidade sobre segurança disse que as mulheres poderiam evitar o estupro se “não se vestissem como vadias”.



Como acontece um processo de negociação de ACT na Celesc?

O primeiro passo acontece no planejamento. É o momento de avaliar cenários e atores, definir prioridades e estabelecer calendário. Esse momento para o período 2012-13 ocorreu no início de maio, em Lages. Em seguida são formuladas e distribuídas as pré-pautas para que os empregados possam avaliar e sugerir propostas, sejam elas novas ou de alteração. Após isso, os sindicatos da INTERCEL realizam visitas às bases; uma espécie de intercâmbio, com o objetivo de chamar a categoria para o compromisso com esse momento coletivo. O passo seguinte é a assembleia regional. É o momento de avaliar em conjunto com os colegas se a pré-pauta está de acordo com as expectativas e incluir, com a anuência dos presentes, solicitações novas. Feito isso, um grupo de sindicalistas reúne as propostas colhidas e as sistematiza, ou seja, agrupa por assunto/bloco. Poderão vir, das bases, diferentes sugestões sobre o mesmo assunto.

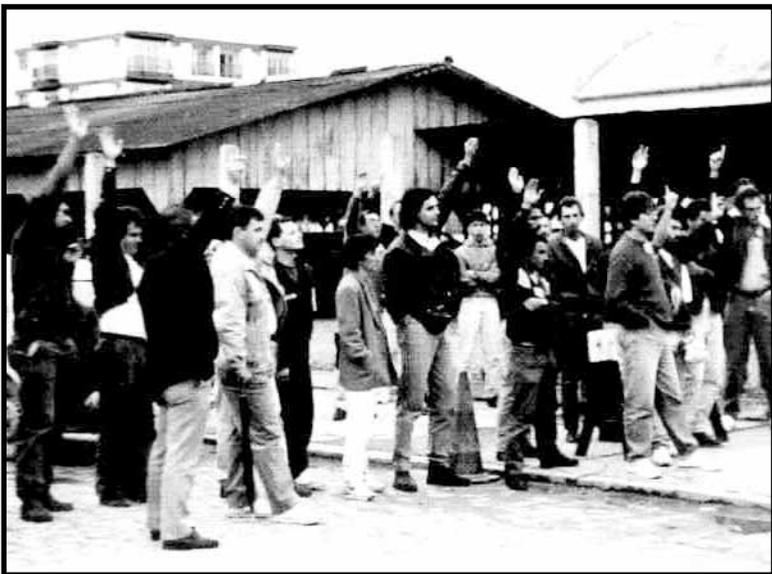
Aí vem a assembleia estadual, onde todas essas propostas são avaliadas e votadas, transformando-se em PAUTA, a qual é entregue à diretoria da empresa, sendo que toda a negociação será norteada por esta PAUTA. A assembleia estadual é sempre um momento de grande confraternização entre os presentes, com oportunidades de reencontrar colegas e fazer

novas amizades. Neste ano, a assembleia acontecerá em Biguaçu, região da Grande Florianópolis, no dia 04/08. Reserve a data! É importante ressaltar que em todas as etapas há respeito pelas decisões tomadas em "assembleia". Portanto, após a assembleia regional nada mais pode ser acrescentado à pré-pauta e somente as propostas vindas das assembleias regionais é que serão apreciadas e votadas na assembleia estadual. Tudo o que for incluído na PAUTA OFICIAL passa a ser entendido como uma reivindicação de TODA A CATEGORIA. Assim também nenhum acordo é firmado sem o aval das assembleias. Há sempre um "encaminhamento" por parte dos dirigentes sindicais, pois é este o papel deles, a sua obrigação. Todos os "encaminhamentos" são dados a partir de ampla discussão entre todos os dirigentes dos sindicatos envolvidos. Conviver com o ambiente da Democracia sindical significa participar, enfrentando o que vem pela frente. Não existe perfeição na Democracia, mas é através da democracia sindical e de seus meios que a militância dos filiados exige suas reivindicações.

A luta sindical tem seus percalços, mas ainda é o único recurso dos trabalhadores que dá resultados. Porque nenhum sindicato de patrão gosta de ver os trabalhadores organizados em prol dos seus direitos.

Os benefícios garantidos em Acordo Coletivo sempre foram conquistados através de muita luta. Para lembrar os trabalhadores da importância de seguir lutando, o Jornal Linha Viva começa nesta edição uma série de artigos sobre o histórico das cláusulas do nosso acordo

GARANTIA DE EMPREGO



Trabalhadores aprovam a greve pela garantia de emprego em 1995

Para os trabalhadores esta é considerada a mãe de todas as cláusulas do Acordo Coletivo, pois, sem ela todos os demais direitos estão ameaçados. Esta garantia acompanha os celesquianos desde 1985, seja por dissídio coletivo, carta compromisso, ou cláusula de acordo.

No início sua redação dizia que as demissões só poderiam ocorrer por motivo de justa causa, técnico, administrativo, econômico "e" financeiro. O 'e' da última frase está entre aspas não por acaso. Foi por essa letrinha que sustentamos uma greve de 15 dias em 1995, pois, a empresa insistia em substituí-la por um sorrateiro "ou", colocando em dúvida a garantia do direito.

Os empregados à época devem recordar bem aquela que ficou conhecida como a greve do "e ou", e que talvez tenha sido o momento em que os eletricitários riscaram o chão definindo os limites do que seria um acordo minimamente aceitável. E no nosso caso, é claro, com garantia de emprego.

A partir daquele episódio apesar de algumas investidas em mesa de negociação não precisamos mais paralisar exclusivamente pela garantia de

emprego. No acordo de 1996, celebrado após 19 dias de greve, o título da cláusula muda para Redução de Quadro de Pessoal, mantendo o mesmo espírito de dar garantia de emprego aos trabalhadores, preservando-os dos ciclos políticos que interferem na gestão da empresa a cada período eleitoral.

Após duas greves consecutivas a Celesc finalmente compreendeu a importância da cláusula para os trabalhadores e no acordo de 1997 pela primeira vez aparece a seguinte redação: "A CELESC compromete-se por um período de 02 (dois) anos, a partir de 01.10.1997, a não efetuar demissões em massa, ou sistematicamente individualizadas, nem demissão imotivada, devendo, em caso contrário, comprová-la mediante processo administrativo, com a participação dos sindicatos que compõem a INTERCEL, a fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, com a decisão final da Diretoria Colegiada." A mesma que nos acompanha até os dias atuais.

Enfim, desde que o mundo é mundo e existem patrões e empregados, nada acontece por obra do acaso ou vem algum benefício como dádiva aos trabalhadores. A tranquilidade do emprego estável dos dias atuais deve-se a muitos companheiros que lutaram durante 34 dias nos idos de noventa. Alguns já nem estão mais entre nós. Parte daqueles dias tiveram que ser compensados ou descontados das férias e licença-prêmio.

A melhor maneira de guardar a memória destas lutas é continuar lutando para que este mesmo direito possa se perpetuar para as gerações futuras.



Fotos: Arquivo Intercel



CELESC

Trabalhadores aprovam manutenção das eleições para Diretoria Comercial

Após a manifestação do presidente da Celesc para retirar dos trabalhadores o direito garantido por lei de eleição direta para diretor comercial, os sindicatos que compõem a Intercel convocaram a categoria para debater o assunto em assembleias realizados em todo o estado, dia 05 de junho.

A grande maioria dos trabalhadores deliberou pela manutenção do processo democrático, dando aos sindicatos o indicativo para permanecer na luta pela eleição que deve se realizar no final de 2012.

A eleição para Diretoria Comercial é garantida pela Lei estadual 13.570 e o presidente, em carta encaminhada à Celos (signatária do acordo de acionistas da empresa junto com o governo do estado) busca uma modificação na lei para retirar a obrigatoriedade da eleição, permitindo assim que o Diretor Comercial seja nomeado diretamente pelo Governador, abrindo espaços para nomeações políticas e conchavos partidários.

Os sindicatos que compõem a Intercel encaminharam carta ao Presidente da Celesc dia 11 de junho, comunicando a decisão da categoria e reafirmando que quaisquer encaminhamentos futuros tomarão como base o desejo dos trabalhadores expresso nas assembleias.



Fotos: Arquivo Intercel

Trabalhadores em Joinville aprovam a manutenção da eleição para Diretoria Comercial

CELESC

Pagamento de horas extras em feriados ponte é direito adquirido pelos trabalhadores

A circular da empresa determinando o não pagamento de horas extras para os empregados do turno de revezamento foi recebida com surpresa pelos sindicatos que compõem a Intercel e pelos trabalhadores envolvidos nas escalas de revezamento que trabalharam no dia 07 de junho, dia em que houve dispensa por parte da empresa do expediente administrativo. O fato é que essa não era a prática da Celesc até hoje: historicamente a empresa sempre pagou hora extra para os trabalhadores dos turnos nos dias em que dispensava o expediente administrativo. Antes do Acordo de Compensação de Horas, a empresa pagava 50% inclusive nos dias que hoje são considerados como feriado ponte, ou seja, no caso da segunda ou sexta-feira, quando o feriado ou ponto facultativo acontece na terça ou quinta-feira.

A Diretoria da Celesc, baseada em parecer da Superintendência Jurídica, entende que é facultado à empresa a dispensa do ponto, inclusive cabendo a ela determinar quais empregados serão dispensados.

Os sindicatos componentes da Intercel não concordam com essa mudança de tratamento na remuneração dos empregados, entendendo que o praticado até então já é um direito adquirido dos trabalhadores. Além disso, a isonomia de direitos deve ser respeitada: se determinada parte dos trabalhadores é dispensada, aqueles que forem obrigados a cumprir atividades laborais devem, pelo menos, ter o acréscimo em suas horas trabalhadas.

O assunto será levado para próxima reunião do Comitê de Recursos Humanos, que deve se realizar ainda neste mês, e caso não seja resolvido será pautado nas negociações do Acordo Coletivo de Trabalho buscando a solução através da negociação.

CELESC

Atendimento da Celesc em imobiliárias?



Fotos: Arquivo Intercel

A terceirização das lojas de atendimento começa a demonstrar o absurdo: em Apiúna a Celesc firmou convênio com uma imobiliária para que a mesma efetue o atendimento presencial da empresa, conforme o determinado pelo programa Presença Total.

É notório que imobiliárias diariamente solicitam serviços para a Celesc tendo até, em algumas lojas, atendimento específico. Não há conflito de interesses? Pior que a idéia vai tomando corpo. Na cidade de Doutor Pedrinho corre o boato de que a loja da Celesc pode funcionar junto a uma loja de conserto de equipamentos eletrônicos. Como ficam os casos de Reclamação de Queima de Equipamentos (RQE) nestes casos? Daqui a pouco o convênio baterá na porta de um açougue e o atendente vai iniciar o atendimento dizendo: "e aí patrão! Vai uma ligação nova ou 1 quilo de bife?"



Trabalhadores aprovam PLR 2012



Assembleias aprovaram por maioria a contraproposta de PLR 2012, em todas as Agências Regionais e Administração Central



Fotos: Jerry Conceição

Os trabalhadores da Celesc aprovaram em assembleias realizadas em todo o estado, dia 05 de junho, a contraproposta da empresa para a distribuição da Participação nos Lucros e Resultados do ano de 2012.

Mantendo a lógica do mínimo a ser distribuído de R\$ 13.370.000,00 para 70 pontos, que historicamente corresponde ao bônus de fechamento de Acordo Coletivo que a Celesc pagava aos trabalhadores ao final das negociações, a contraproposta da empresa prevê o pagamento de R\$ 16.670.000,00 para a obtenção de 100 pontos sobre os 13 indicadores do Índice Global de Desempenho (IGD). Atingindo 110 pontos o montante a ser distribuído passa para R\$ 20.004.000,00.

A partir deste acordo os Contratos de Resultados das Agências Regionais passam a contar como diferencial para a obtenção de um adicional sobre a PLR que pode ser de até 30% do valor. No caso da Administração Central, por conta da reestruturação atrapalhada que além de criar 33 novos cargos de chefia, impossibilitou a conferência dos índices do Contrato de Resultados gerando o cancelamento do mesmo, o adicional será aferido pela média dos IGD's dos 16 contratos de resultados das Agências Regionais.

Desta forma, com o atingimento das metas a PLR poderá chegar ao montante de R\$ 26.005.200,00, para distribuição entre os trabalhadores, que seria o referente a 110 pontos do Contrato de Gestão, acrescidos de 30% do Contrato de Resultados.

E agora, José?

A CELESC tem estimulado a competição entre os empregados da área operacional através do Rodeio de Eletricistas que vem sendo realizado nas Regionais, premiando aqueles que melhor se aproximam dos tempos estipulados no regulamento e da melhor forma realizam suas tarefas.

Da mesma forma a PLR deste ano prevê uma distribuição maior para as Agências que melhor cumprirem suas metas. Podemos dizer que é uma forma mais justa de distribuição e que vai trazer alguns elementos para discussão coletiva até que "as abóboras se acomodem".

É um período propício para que apareçam os destaques, tanto os que se sobressaem em suas atividades como também os acomodados "de carteirinha", que estão sempre "na carona".

Nesse contexto a atuação das Comissões de Gestão das Regionais será fundamental para fazer a carruagem permanecer nos trilhos. Será o momento de dar um "plus" no objetivo para o qual foram criadas - o de acompanhar e construir uma gestão compartilhada e comprometida com a sobrevivência da Empresa, com a tranquilidade e bem estar dos empregados que nela trabalham e com a qualidade de atendimento à população catarinense. Acontece que em algumas regionais a última composição eleita para a comissão não passou do processo eleitoral - ou seja, nenhuma reunião foi convocada. Em outras, não passa de reuniões informativas, que pouco contribuem para um efetivo acompanhamento e compartilhamento das ações.

A base de todo o gerenciamento é a informação correta dos dados. Relativo ao Contrato de Gestão e Resultados das Agências Regionais, os indicadores

somente poderão ser acompanhados e monitorados desde que cada um dos responsáveis, assim como o Departamento de Desenvolvimento Organizacional, repasse às Comissões os relatórios completos mensalmente. O que ocorre atualmente é um verdadeiro descaso com as Comissões. Devido a troca de "caixinhas", apenas em março obteve-se os primeiros indicadores. Pouquíssimos na verdade. Depois de muitas solicitações de atualização, em 01.06.2012 houve a inserção de novos dados, embora não na sua totalidade. Contudo, para um jornal de responsabilidade da empresa, os dados apareceram. Que novidade!

Outra atitude que poderia ser colocada em prática é a penalização dos responsáveis pelos indicadores, assim como acontece nas Regionais quando os objetivos não são atingidos.

Ações que visam o alcance das metas propostas ficam extremamente prejudicadas. Como gerenciar aquilo sobre o que não se tem informações? Que ação tomar para atingir metas que nem sabemos a que nível estão? Só podemos chegar ao um local quando visualizamos o caminho. Portanto, sem dados confiáveis, não poderemos solicitar a participação dos colegas para o alcance das metas e muito menos tomar ações pro-ativas para a concretização do contrato assinado com a Diretoria da Empresa.

Não temos dúvidas de que é preciso acordar para o momento novo que se aproxima e urgentemente reativar e/ou fortalecer as comissões e dar a elas a devida importância e espaço para que possam se tornar num mecanismo eficaz.

Economia verde versus Economia solidária

O Documento Zero da ONU para a Rio+20 é ainda refém do velho paradigma da dominação da natureza, para extrair dela os maiores benefícios possíveis para os negócios e para o mercado. Através dele e nele o ser humano deve buscar os meios de sua vida e subsistência. A economia verde radicaliza esta tendência, pois como escreveu o diplomata e ecologista boliviano Pablo Solón “ela busca não apenas mercantilizar a madeira das florestas; mas, também sua capacidade de absorção de dióxido de carbono”. Tudo isso pode se transformar em bônus negociáveis pelo mercado e pelos bancos. Destarte o texto revela definitivamente antropocêntrico como se tudo se destinasse ao uso exclusivo dos humanos e a Terra tivesse criado somente a eles e não a outros seres vivos que exigem também sustentabilidade das condições ecológicas para a sua permanência neste planeta.

Resumidamente: “O futuro que queremos”, lema central do documento da ONU, não é outra coisa que o prolongamento do presente. Este se apresenta ameaçador e nega um futuro de esperança. Num contexto destes, não avançar é retroceder e fechar as portas para o novo. Há, outrossim, um agravante: todo o texto gira ao redor da economia. Por mais que a pintemos de marrom ou de verde, ela guarda sempre sua lógica interna que se formula nesta pergunta: quanto posso ganhar no tempo mais curto, com o investimento menor possível, mantendo forte a concorrência?

Não sejamos ingênuos: o negócio da economia vigente é o negócio. Ela não propõe uma nova relação para com a natureza, sentindo-se parte dela e responsável por sua vitalidade e integridade. Antes, move-lhe uma guerra total, como denuncia o filósofo da ecologia Michel Serres. Nesta guerra não possuímos nenhuma chance de vitória. Ela ignora nossos intentos. Segue seu curso mesmo sem a nossa presença. Tarefa da inteligência é decifrar o que ela nos quer dizer (pelos eventos extremos, pelos tsunamis etc.), defender-nos de efeitos maléficos e colocar suas energias a nosso favor. Ela nos oferece informações; mas, não nos dita comportamentos. Estes devem se inventados por nós mesmos. Eles somente serão bons caso estiverem em conformidade com seus ritmos e ciclos.

Como alternativa a esta economia de devastação, precisamos, se queremos ter futuro, opor-lhe outro paradigma de economia de preservação, conservação e sustentação de toda a vida. Precisamos produzir sim, mas a partir dos bens e serviços que a natureza nos oferece gratuitamente, respeitando o alcance e os limites de cada biorregião, distribuindo com equidade os frutos alcançados, pensando nos direitos das gerações futuras e nos demais seres da comunidade de vida. Ela ganha corpo hoje através da economia biocentrada, solidária, agroecológica, familiar e orgânica. Nela cada comunidade busca garantir sua soberania alimentar. Produz o que consome, articulando produtores e consumidores numa verdadeira democracia alimentar.

A Rio 92 consagrou o conceito antropocêntrico e reducionista de desenvolvimento sustentável, elaborado pelo relatório Brundland de 1987 da ONU. Ele se transformou num dogma professado pelos documentos oficiais, pelos Estados e empresas sem nunca ser submetido a uma crítica séria. Ele sequestrou a sustentabilidade só para seu campo e assim distorceu as relações para com a natureza. Os desastres que causava nela eram vistos como externalidades que não cabia considerar. Ocorre que estas se tornaram ameaçadoras, capazes de destruir as bases físico-químicas que sustentam a vida humana e grande parte da biosfera. Isso não é superado pela economia verde. Ela configura uma armadilha dos países ricos, especialmente da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) que produziu o texto teórico do PNUMA Iniciativa da Economia Verde. Com isso, astutamente descartam a discussão sobre a sustentabilidade, a injustiça social e ecológica, o aquecimento global, o modelo econômico falido e mudança de olhar sobre o planeta que possa projetar um real futuro para a Humanidade e para a Terra.

Junto com a Rio+20 seria um ganho resgatar também a Estocolmo+40. Nesta primeira conferência mundial da ONU de 5-15 de julho de 1972 em Estocolmo na Suécia sobre o Ambiente Humano, o foco central não era o desenvolvimento; mas, o cuidado e a responsabilidade coletiva por tudo o que nos cerca e que está em acelerado processo de degradação, afetando a todos e especialmente aos países pobres. Era uma perspectiva humanística e generosa. Ela se perdeu com a cartilha fechada do desenvolvimento sustentável e agora com a economia verde.

Junto com a Rio+20 seria um ganho resgatar também a Estocolmo+40. Nesta primeira conferência mundial da ONU de 5-15 de julho de 1972 em Estocolmo na Suécia sobre o Ambiente Humano, o foco central não era o desenvolvimento; mas, o cuidado e a responsabilidade coletiva por tudo o que nos cerca e que está em acelerado processo de degradação, afetando a todos e especialmente aos países pobres. Era uma perspectiva humanística e generosa. Ela se perdeu com a cartilha fechada do desenvolvimento sustentável e agora com a economia verde.

Leonardo Boff
Teólogo, filósofo e escritor

